

## TESTEMUNHOS



**Eng.º Jorge Martins**

Boa tarde a todos, vamos recomeçar os nossos trabalhos,

Começaremos com os testemunhos das autarquias e das escolas. Na mesa estão, ao meu lado esquerdo, a Dr.ª Palmira, vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos, à sua esquerda a Dr.ª Emília Carreiras, técnica da Câmara Municipal da Amadora e, ao meu lado direito, a actual presidente do Conselho Directivo da Escola EB 23 do Cerco e ao seu lado a Dr.ª Angelina Carvalho, que também já foi do Conselho Directivo da Escola EB 23 do Cerco e actualmente está na Escola Superior de Educação.

---

**Dr.ª Emília Carreiras**

*Técnica da Câmara Municipal da Amadora*

Boa tarde a todos.

Sou técnica da Câmara Municipal da Amadora, desde a sua criação há 17 anos, desempenhando actualmente funções de direcção no departamento de educação e cultura.

Queria, em primeiro lugar, agradecer o convite que o Conselho Nacional de Educação amavelmente nos dirigiu. Foi-nos solicitada a apresentação de um testemunho relativo à nossa intervenção e optámos por, de uma forma sucinta, vos relatar aquilo que, nos nossos curtos 17 anos de município, temos vindo a desenvolver nesta área.

A Amadora é uma cidade periférica na envolvente imediata de Lisboa, cuja criação do Município aconteceu apenas de há 17 anos atrás. Pelo final do séc. XIX, imediatamente antes da construção do caminho de ferro, este território de apenas 24km<sup>2</sup> fazia parte do *interland* rural de

Lisboa, com apenas 1500 habitantes. Hoje tem cerca de 200 mil, passando apenas 1 século.

O processo de formação urbana que então se desencadeou, rápido e desordenado, sobretudo devido a fortes fluxos migratórios provenientes do interior do país e posteriormente das antigas colónias, resultou num caos urbanístico, numa urbe desprovida das necessárias infra-estruturas de suporte à vida dos seus habitantes. A habitação clandestina proliferou e a cintura de comunicação com Lisboa, junto às servidões militares ou em terrenos expectantes, transformou-se em zonas de *habitat* degradado ocupado maioritariamente por população de origem africana.

A Amadora ocupa hoje, no contexto nacional, o 1º lugar em matéria de concentração de população de origem africana, particularmente cabo-verdiana, o 3º na concentração de agregados familiares ciganos, elevado número de brasileiros e, ainda, uma comunidade de refugiados timorenses.

Se por um lado a Amadora concentra em si uma riqueza assinalável, que advém da presença e da diversidade destas comunidades, o facto de serem minorias pobres origina um conjunto de problemas cuja dimensão obriga a uma intervenção sistemática.

A criação do município em 1979 gerou expectativas fortíssimas na população ao nível da resolução dos seus problemas e, fundamentalmente, das infra-estruturas e da criação dos serviços públicos.

A Amadora nascera como cidade na dependência total dos municípios limítrofes para a resolução de quase todos os seus problemas, sendo um dos mais prementes, a falta de escolas. A maior parte dos edifícios escolares, era de construção precária. Os regimes de funcionamento nas escolas de 1º ciclo eram na generalidade duplos, havendo ainda situações de regime triplo e uma boa parte dos alunos do ensino secundário encontrava escola fora do município.

Perante este estado de coisas, a 1ª câmara municipal, acabada de sair do processo eleitoral, dotada de serviços e recursos subdimensionados teve

que fazer muito e depressa, nem sempre provavelmente nas melhores condições e da melhor forma.

Nos primeiros 5 anos, a intervenção centrou-se quase exclusivamente na construção de escolas hoje chamadas do 1º ciclo e na negociação com a administração central com vista à criação de escolas preparatórias e secundárias. Hoje existem 15 escolas dos 2º, 3º ciclo do ensino básico e secundário e de 30 escolas do 1º ciclo do ensino básico.

O ano lectivo de 84/85, é para a Amadora um ponto de referência e sê-lo-à porventura para a generalidade dos municípios portugueses, que se viram confrontados com a transferência de competências em matéria de acção social escolar. "Benéfico o efeito, difícil a adaptação" será talvez a frase que melhor traduziu na altura a realidade que vivemos e que sentimos. Uma vez mais se impôs a necessidade de crescer rapidamente e houve que saltar de uma vez vários degraus.

Benéfico, foi a criação na Câmara Municipal de um serviço de educação que começou a intervir nesta área e pouco a pouco, a ganhar um saber fazer localmente adaptado. E rapidamente nasceu um dilema. Passou o tempo de construir, ganhámos o desafio de saber como apetrechar, conhecemos as pessoas e as instituições, as formas de conviver com elas. Restava-nos condenarmo-nos, por um lado, ao vazio da manutenção dos equipamentos, às obras permanentemente necessárias, ou então pensarmos para além do cimento ultrapassar a barreira das competências legisladas e propormo-nos pensar educação, fazê-lo localmente na nossa terra, com as nossas pessoas, com os nossos saberes, com os nossos referenciais.

Foi por isto que optámos. Se o soubemos fazer ou não, está ainda por avaliar. Mas cedo nos apercebemos que a complexidade dos problemas que a Escola globalmente apresentava exigia respostas multifacetadas, que inevitavelmente passavam pela reunião de todos os recursos disponíveis, por entidades, serviços, movimento associativo, agentes locais culturais e económicos e, sobretudo, pelo protagonismo das escolas, por uma nova metodologia de trabalho e do entendimento entre todos.

Metemos mão à obra. Esquecemos competências e regulamentações. Muitas vezes fomos criticados - e quem trabalha nas autarquias sabe isto, a frase mais falada é sempre: "não é da nossa competência".

Numa primeira fase preocupámo-nos com escolas que detinham o menor índice de sucesso escolar. Entre estas estavam, inevitavelmente, as escolas periféricas dos bairros degradados. A maioria dos seus alunos era de origem africana, vivia em *habitat* degradado, em famílias sócio-económicas débeis, em situações de integração difíceis. Como sabem, as crianças da 2ª e 3ª geração de imigrantes, manifestam uma dificuldade acrescida, relativamente às outras crianças, em gerir identidades contraditórias geradas por uma inserção sócio-cultural produzida na base de uma profunda desigualdade social. A par da constatação de dificuldades de comunicação aluno-professor, falavam e pensavam línguas diferentes, identificamos através de um estudo que então foi possível fazer com a participação e a coordenação do Dr. Sérgio Niza, que na altura trabalhava na Amadora, as principais causas do insucesso escolar. A primeira causa foi a fome das crianças, um factor exterior à escola. De facto, muitas crianças chegavam à escola com fome, sem ter comido qualquer alimento e assim se mantinham durante o dia.

Após termos batido a muitas portas e todas elas se terem fechado: a Câmara Municipal iniciou sozinha um programa de apoio alimentar a todas as crianças carenciadas. Definiu-se então um plano para a criação de refeitórios escolares, dado que nenhuma escola do 1º ciclo na Amadora dispunha deste equipamento, pese embora a transferência de competências nesta matéria da Administração Central para a Administração Local.

Foram igualmente reequacionadas as áreas de influência das escolas, permitindo uma redistribuição dos alunos e decidida a construção de duas novas escolas de suporte à medida.

Avanço um exemplo, porque penso que tem a ver com algumas das coisas que de manhã foram faladas. Tínhamos a situação de duas a escolas que distavam 500m, mas situadas em freguesias diferentes; uma era frequentada a 95% por crianças de origem africana e a escola em frente

por crianças de origem caucasiana. Tivemos que ultrapassar questões como a alteração de legislação que não permitia na altura que crianças de uma freguesia frequentassem Escolas de outra freguesia, pese embora numa delas a população escolar crescesse e noutra a população escolar diminuísse. Levámos 2 ou 3 anos até conseguir a resolução deste problema e tentar que de alguma forma as crianças de origem africana pudessem ser encaminhadas, dentro dos limites da sua área de residência, para diferentes escolas, por forma a não manter a grande concentração em apenas duas delas, como existia na altura.

Num outro tempo fomos apoiando iniciativas, apetrechando as escolas em equipamentos e criámos salas de jardim de infância. A Câmara Municipal da Amadora é a única autarquia no país que tem uma rede de creches e jardins de infância, que suporta integralmente, para além de, conjuntamente com o Ministério da Educação, ter vindo a abrir algumas salas da rede pública, pese embora nos últimos 4-5 anos as nossas propostas não tenham recebido resposta. Felizmente, parece que este ano as coisas vão mudar.

Apoiámos actividades de tempos livres, facilitámos o diálogo com associações locais culturais e desportivas e em 1991 empenhámo-nos no projecto *Uma empresa, uma escola*, com uma adesão significativa do tecido empresarial. Conseguimos nesse ano, por exemplo, que equipamentos tão elementares como materiais audiovisuais ou computadores, entre outros, tivessem sido suportados pelo tecido empresarial.

As acções então desenvolvidas, alicerçadas na assunção da corresponsabilização pela democraticidade do sistema enquanto resposta ao princípio constitucional do direito dos cidadãos à educação, com garantia de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso, levou-nos a pensar educação como factor fundamental do desenvolvimento local e a concertar as políticas de intervenção municipal.

Procurámos internamente recursos na cultura e no desporto e virámo-nos para o rico tecido social e cultural de que dispomos e para o apoio do tecido económico.

Gostaria, provavelmente porque tenho 20 anos de trabalho em autarquias, de fazer um parêntese na minha comunicação e referir-me a algumas das coisas ditas anteriormente: dói-me muito ouvir, como foi dito de manhã, que só 10% do investimento na educação é feito pelas autarquias. Diria que esse valor é muito baixo, a não ser que se entenda investimento na educação = a despesas com pessoal, mas, provavelmente não entendi bem a comunicação. Regra geral, os nossos governantes e alguns investigadores, como aqui se verificou referem sempre nos seus discursos “a necessidade de sensibilizar as autarquias”. As autarquias estão sensibilizadas, aquilo que nos tem faltado, é um entendimento na acção com os outros parceiros, e neste caso com o parceiro mais directo o Ministério da Educação e a sua vontade de articular com todos e de continuar a considerar as Autarquias como meros pagadores de serviços.

A propósito do PER, gostaria também de referir que na Amadora temos um problema complicado com as crianças de origem africana e suas famílias dos bairros degradados e alimentámos algumas esperanças de que o projecto PER viesse de alguma forma poder ser uma achega para a sua resolução. O insucesso das crianças é o insucesso da nossa sociedade, o aumentar das situações de delinquência, dos miúdos que cada vez mais cedo começam a consumir drogas, dos miúdos que rapidamente são passadores e que se prostituem. Se não forem tomadas medidas sérias e rápidas, esta situação, que é já uma realidade, aumentará provavelmente nos próximos anos.

De manhã ouvi uma sugestão relativamente ao Porto, na Amadora por exemplo, existem mais de 6 mil famílias a viverem em zonas degradadas; tem 24 km<sup>2</sup> praticamente construídos e não é possível, na área do territorial do município vir a construir habitação para alojar todas estas famílias. Todavia, todas as portas dos outros municípios se têm fechado e a solução tem que ser encontrada internamente, por enquanto. Também já tentámos adquirir imóveis antigos, mas com os 4.500 ou 5.500 contos que o PER admite, para valores que na Amadora são da ordem dos 25.000 a 30.000 contos por 3 assoalhadas, dificilmente esta poderá ser uma solução.

Seja como for, estou convicta, como técnica que trabalha nesta área do social há muitos anos, que o PER vai ser um aumentar de problemas e não uma resolução de problemas. Partilho a opinião de muitos profissionais de que na maioria das vezes a “transferência” das pessoas de barracas para prédios de muitos andares apenas lhes retira qualidade de vida.

Retomando a questão da educação. Sem retirar a iniciativa às escolas, tentamos fomentar o encontro destas à volta da reflexão e da intervenção em torno de diferentes áreas e temáticas e passámos a financiar o desenvolvimento dos projectos e das actividades das escolas. Realizámos vários encontros, fizemos reflexão diversa sobre várias matérias. Em 1986/87 levámos a cabo um encontro sobre a promoção do sucesso educativo e outros se lhe seguiram, tais como: educação intercultural, segurança nas escolas, racismo e xenofobia, integração de crianças deficientes, acessibilidades. O último *Para uma cidade inclusiva*, aconteceu recentemente.

Gostaria agora de vos apresentar sucinta e rapidamente alguns dos projectos desenvolvidos pelas nossas escolas com o apoio financeiro da Câmara e de todos os intervenientes sociais e culturais do Município.

Como se verifica pela transparência, temos um conjunto de projectos, com os diferentes parceiros. Por exemplo o projecto de promoção da saúde na escola, professores participam, representantes do centro de saúde, os delegados escolares, o PES e o Delegado de Saúde. No início do ano lectivo as escolas identificam, através de uma ficha de candidatura, os projectos que desejam desenvolver. A partir daí, promovemos o encontro desses professores pelas áreas temáticas que lhes interessam. É constituído um grupo de trabalho com esses professores e com outros recursos na comunidade de acordo com o projecto, sendo o nosso papel limitado às questões da organização e ao respectivo financiamento. Há escolas onde os projectos entroncam já no projecto educativo da escola; outras há onde ainda funcionam soltos, não integrados no plano educativo da escola. Mesmo assim, grande parte das nossas escolas já tem projecto educativo.

Ao nível do ambiente por exemplo, um projecto que se desenvolve em quase todas as escolas, participaram no ano passado 19 Escolas do 1º ciclo e 11 do 2º, 3º e secundário e o grupo contou, para além dos professores, com técnicos da câmara, nomeadamente de espaços verdes e de higiene e limpeza, com associações de defesa do ambiente, e com o Instituto de Promoção Ambiental.

Relativamente à educação física no 1º ciclo contamos com a colaboração das associações desportivas, mas infelizmente até hoje o Ministério da Educação não se empenhou em investir nesta área do programa que ele próprio criou.

Um outro grupo de projectos que vos trouxe tem a ver com a educação artística, na qual temos investido - o teatro na escola, a iniciação às técnicas de gravura (este último iniciado no passado ano lectivo com muito sucesso e muito interesse), a banda desenhada e a música. Mais uma vez contamos com a parceria das associações locais; a Banda Filarmónica local, AMASCULTURA (associação de municípios na área cultural), a Associação de gravadores da Amadora, entre outros.

Temos um projecto de biblioteca, um outro sobre a “Amadora à descoberta dos outros tempos”, que tem dado suporte, por um lado, à identificação de patronos para as escolas e, por outro, ao estudo das nossas origens e à nossa história. Um outro projecto sobre a educação intercultural.

Esta metodologia de trabalho tem sido um estímulo à ideia de um projecto educativo em cada escola, ao reforço da interligação com agentes económicos, sociais e culturais na procura constante da promoção do sucesso educativo da nossa comunidade.

Apenas para acabar, reconhecer que nem tudo são rosas, são muitos os espinhos. Temos muitas inquietudes e muitas interrogações. Quando é que se resolve a tão falada descentralização de competências? E que descentralizações são essas? Será que mais uma vez nos vão remeter às questões físicas, às questões da acção social escolar? Enfim, vamos ver!

Temos muitas inquietudes, mas temos muitas convicções adquiridas e continuamos a manter uma grande paixão por este trabalho na área da educação.

Muito obrigada.

---

**Dr.<sup>a</sup> Palmira Macedo**

*Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos*

Muito boa tarde a todos.

Queria agradecer ao Conselho Nacional de Educação o convite que fez à Câmara de Matosinhos para vir aqui trazer um pouco da sua experiência e sobretudo da sua reflexão e das preocupações que tem nesta área.

Matosinhos, é um concelho densamente urbanizado e industrializado, que sofreu nas últimas três décadas, um crescimento demográfico rápido e descontrolado que teve impactos sócio-urbanísticos muito negativos. O grande peso da indústria na estrutura produtiva é, no contexto actual de competitividade acrescida, um factor de vulnerabilidade para certas categorias sócio-profissionais, gerando desemprego e grandes problemas sociais.

Importa salientar que estes problemas são em grande medida induzidos por problemas globais com origem designadamente nos desequilíbrios que caracterizam a realidade sócio-económica portuguesa e nas assimetrias rural-urbano e interior-litoral, que têm desencadeado movimentos migratórios de grande amplitude, bem patentes, como disse, no crescimento verificado no concelho nas últimas três décadas.

Neste contexto são nossos objectivos na Câmara de Matosinhos restabelecer os equilíbrios sócio-urbanísticos e evitar que se ampliem e reproduzam os já existentes. Por isso, estamos a ter preocupações acrescidas

com a implementação do PER. Não é mais possível que as famílias continuem a habitar em barracos ou situações de grande precariedade, mas a experiência dos realojamentos efectuados nos anos 60 tem que nos levar a corrigir alguns dessas consequências desastrosas e tentar o mais possível inserir estes realojamentos no tecido urbano e/ou dotar todos os conjuntos habitacionais dos equipamentos necessários.

Dizia eu que são nossos objectivos intervir nas áreas degradadas, nomeadamente nos bairros sociais reabilitando os alojamentos e os espaços, criando e melhorando infra-estruturas sociais e equipamentos colectivos, dinamizando as actividades económicas e melhorando os níveis e as condições de participação na actividade económica e de integração profissional das categorias activas mais vulneráveis e reforçar os laços comunitários.

O tipo de abordagem que nos propusemos implementar foi o de uma abordagem integrada, articulando as diferentes áreas de forma a desencadear novas dinâmicas e criar oportunidades de integração. Este modelo de intervenção incide nas dimensões urbana, económica e social induzindo transformações nos espaços e nas condições de vida daqueles que as habitam. Ao operacionalizar-se um modelo deste tipo de intervenção, esperamos, por conseguinte, produzir resultados ao nível do espacial, do económico e sócio-cultural, e ainda um impacto nas dinâmicas locais, associativas e comunitárias. Ele assenta numa estratégia mobilizadora dos recursos e dinamismos locais, sendo a implicação das populações uma condição para o sucesso desta intervenção.

Temos consciência de que se o nível de instrução for excessivamente baixo isso tem múltiplas implicações nas vidas das pessoas, sendo as mais evidentes a redução da possibilidade da participação social e do exercício da cidadania e uma limitação à participação na actividade económica e à plena integração no mercado de trabalho.

Por isso mesmo não podemos estar mais de acordo quando um documento de trabalho intitulado *Pacto Educativo para o Futuro* refere nas suas bases gerais que a educação e a formação configuram áreas de prioridade política em Portugal e que da sua qualidade dependem em parte

significativa a sustentabilidade do desenvolvimento do país. Tal implica que a educação seja um assunto de todos, que diz respeito não apenas aos professores, aos estudantes, aos pais, aos técnicos e aos decisores políticos.

Esta nova forma de actuar e de pensar o problema vai implicar uma redefinição das relações entre o estado ao nível da administração central e da administração local e a sociedade. Donde se pode concluir que, não sendo condição suficiente, sem dúvida é uma condição necessária para o nosso desenvolvimento a melhoria da qualidade da educação do nosso país.

E se também é verdade que a formação básica é determinante na formação da pessoa, quer se trate do quadro superior ou do trabalhador indiferenciado, é sobre a formação básica que a autarquia se tem debruçado com particular atenção.

No que respeita à formação básica, começamos exactamente pelo princípio, pelo pré-escolar. A taxa de cobertura do pré-escolar na autarquia de Matosinhos é de cerca de 50% das crianças dos 3-5 anos, muito próxima da média nacional, mas entendemos que ela tem que ser alargada, sobretudo para as crianças de classes sócio-culturais mais desfavorecidas. Não é necessário que a componente de aprendizagem seja a determinante, mas é necessário que a componente educativa e a componente de socialização contribuam sobretudo para aumentar a capacidade de contacto e de ultrapassar muitos dos constrangimentos com que estas crianças chegam ao 1º ano de escolaridade

No ano passado visitei uma escola do 1º ciclo do concelho de Matosinhos e, na turma do 1ºano, a professora tinha escrito no quadro os algarismos de 1 a 9. Havia crianças que estavam a escrever nos seus cadernos 101, 102, 103 e havia outros que estavam a pegar na caneta desajeitadamente, tentando com toda a dificuldade copiar os algarismos do quadro. Esta questão é extremamente grave, porque pode aqui iniciar-se um processo de exclusão ou um processo de repulsa para com a escola, possível origem de um abandono precoce do processo educativo.

Na tentativa de resolver este preocupante problema, a autarquia de Matosinhos tem vindo a solicitar a instalação do pré-escolar em todos os espaços que ficam disponíveis ao nível das escolas do 1º ciclo e muitas destas solicitações já foram resolvidas. Temos conseguido criar uma dinâmica através das associações de pais, que se associaram com as autarquias e com membros individuais no sentido de elas próprias criarem salas destinadas ao pré-escolar.

No que respeita ao 1º ciclo, temos vindo a investir fundamentalmente na mudança de atitude através de uma actuação conjugada com os professores e toda a comunidade, isto porque as escolas situadas em zonas com problemas sociais graves reproduziam os problemas zona envolvente. Por isso, a partir de 1989, avançamos com projectos de desenvolvimento integrado em várias escolas do concelho. Pelo menos duas delas, de grande dimensão, tinham em 1989 taxas de insucesso/retenção de cerca de 50% e de absentismos da mesma ordem. Neste momento, depois de um trabalho aturado, articulado e conjugado de parcerias, os resultados começam a ser visíveis, a satisfação pessoal começou a ser muito maior. Na realidade as parcerias não são fáceis de implementar no terreno, pelas questões dos protagonismos, também referido pelo Senhor Prof. Santos Silva, que se colocam ao nível pessoal, institucional, político e até político-partidário, mas que fomos ultrapassando, porque os objectivos eram comuns e muito bem definidos e todos sentíamos, sobretudo os técnicos de terreno, uma grande ineficácia na sua actuação.

Muitas dessa parcerias puderam concretizar-se porque os técnicos de terreno deram muitas horas do seu tempo livre e se envolveram pessoalmente com as situações, não se deixando levar pela ideia do “deixa correr, que é uma experiência e logo se verá o que acontece”. Isso levaria, como de costume, à desvalorização do seu trabalho e à sua inevitável desmotivação pessoal.

Entendemos que não é possível trabalhar em zonas com problemas tão alargados, com uma multidimensionalidade tão grande, sem que se reúnem os esforços das diferentes áreas que neles tenham de intervir.

Mas tem de haver uma cultura diferente relativamente a esta forma de actuar e tem de haver um tratamento diferente, sobretudo quando há um envolvimento muito pessoal, quer dos organismos desconcentrados, quer dos próprios técnicos do terreno.

As escolas que funcionam neste modelo de desenvolvimento integrado – inicialmente 2 e neste momento 8 – abrem às 8 horas da manhã e encerram à meia-noite, porque muitos dos seus ex-alunos, que abandonaram precocemente o sistema educativo (verificado sobretudo na saída do 1º ciclo para o 2º e 3º) voltaram à escola, nomeadamente através do ensino recorrente no 2º ciclo, após uma grande sensibilização junto destes jovens, tentando encontrar os seus interesses particulares e através disso avançar.

Embora seja nosso objectivo desguetizar estes espaços e fazer com que as pessoas saiam deles, percebemos que só dentro deles elas conseguem sentir algum poder, que lhes advém de todos os seus comportamentos, muitas vezes desviantes. Sentimos por isso muita dificuldade em os inserir nas escolas do 2º e 3º ciclos e secundário, onde tiveram muitos problemas de inserção e de onde saíram. Assim, foi-nos concedido que implementássemos o sistema de unidades capitalizáveis nestas escolas do 1º ciclo que, repito, abrem às 8h da manhã e encerram à meia-noite e estão abertas para os seus alunos, para os ex-alunos, para as associações de pais, para as associações locais que promovam várias iniciativas e que ali as desenvolvem.

No que respeita a todas as outras 48 escolas do concelho de Matosinhos, temos tentado implementar medidas no sentido de lhes transferir competências e os recursos necessários. Neste momento as escolas são verdadeiramente autónomas a gerir todas as despesas correntes como água, luz, telefone, acção social escolar, aquisição de material didáctico e pedagógico, etc. e têm ainda uma verba acrescida para outras actividades. Devo dizer que houve também aqui um óbvio interesse financeiro da autarquia, porque não dizê-lo, porque poupámos muito nesses gastos. A partir do momento em que as verbas foram transferidas, foi um correr das Senhoras Directoras para a EDP e para os SMAS, pedindo

rectificações e adaptações nos contadores. "Agora sou eu que pago e as coisas não podem ser assim..." Nunca mais houve aquecedores ligados durante os fins de semana nem durante a noite, nunca mais houve torneiras a pingar.

Isto porque a Câmara disse que transferia a verba de acordo com as despesas processadas naquele momento e que todas as poupanças efectuadas pelas escolas não seriam devolvidas à Câmara, ficariam como meios adicionais para desenvolver outras actividades. Era muito pouco dignificante para todos receber na Câmara uma Directora de uma escola que queria fazer um jornal com os seus alunos mas que para tal precisava de 10 mil escudos.

Temos tido pleno êxito com este processo.

Temos vindo a trabalhar intensamente com as associações de pais, não com o sentido de que estes sejam um contraponto dos professores ou os seus fiscais, mas como um elemento que está a trabalhar activamente na escola, assumindo ele próprio os principais objectivos da escola.

Também para nós o problema da alimentação é muito grave. Temos neste momento cerca de 7.300 alunos inscritos no 1º ciclo, dos quais 2.300 têm carências alimentares graves e a quem temos que fornecer as refeições. Uma vez fomos recebidos numa escola com um cartaz em que os alunos diziam: "Não há cabeça que aprenda com a barriga vazia".

Não utilizamos empresas para nos fornecer as refeições, estamos a resolver esta questão caso a caso com os professores e as associações de pais. Se existirem espaços devidamente adequados à dimensão da escola a Câmara equipa-os, senão constrói-os, transfere a verba e em conjunto cria essas cantinas, que produzem refeições a baixos custos e de qualidade. Isto obriga a uma implicação muito grande por parte de alguns professores, que consideram a refeição um acto educativo, revezando-se e acompanhando as crianças durante essa hora. Muitas vezes são os pais que se disponibilizam para comprar os géneros e temos vindo a aproveitar o recurso dos novos idosos e dos avós; já temos alguns a passar quase o dia na escola trabalhando activamente com os professores na reso-

lução dos diferentes problemas. Naturalmente, também temos acordos com a segurança social para os casos mais graves e há outros projectos comparticipados pela Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos. Para se ter uma ordem de grandeza, este ano a autarquia transferiu para as escolas do 1º ciclo, para as actividades, mais de 64 mil contos.

Para melhorar a imagem pública das escolas e as ligar mais ao meio, temos vindo a desenvolver uma actividade a que chamamos “Encerramento do Ano Escolar”, no qual participam a totalidade das escolas. Promovemos uma grande exposição dos trabalhos e, para além disso, as escolas apresentam à comunidade, e sobretudo aos pais, outro tipo de trabalhos levados a cabo, as tais actividades a que hoje de manhã se referiram como extra-curriculares. Foi através desta actividade que se levou pela primeira vez muitos pais à escola, mostrando um total desconhecimento do que se lá passava.

Esta exposição é normalmente subordinada a um tema, que as escolas incluem como subtema do seu projecto educativo. Este ano vamos avançar com o projecto intitulado "Antes que seja tarde", porque o ano passado a autarquia contratou a Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto para fazer um estudo epidemiológico sobre o uso e abuso das drogas no concelho e concluiu-se que a iniciação no uso das drogas era cada vez mais precoce. Há um grande envolvimento por parte das escolas; os professores manifestaram, numa primeira fase, uma grande necessidade de ter formação perante as crianças. Mas através dessas acções de formação já se foram descobrindo situações e encontrando problemas que na altura nem sequer imaginávamos.

Abreviando, passarei aos outros ciclos do ensino. As autarquias, e concretamente a de Matosinhos, são apenas aqui chamadas para resolver as questões físicas. Dizem que não têm capacidade de resolver o problema do jardim, e de facto é muito mau que se entre nas escolas e que em vez de jardins se vejam matagais, e por isso a Câmara vai fazer um concurso ilimitado para que no início do próximo ano se faça um trabalho continuado em todas as escolas. Somos ainda chamados porque necessitam

desta ou daquela reparação e a Direcção Regional de Educação do Norte até nem tem verba para obras de pequena reparação, mas vai ter para o ano e estas questões vão portanto ser repartidas... Isto custa-nos um pouco. Aqui a autarquia é chamada a exercer as funções tradicionais das autarquias - resolver os espaços físicos, tratar das infra-estruturas físicas e tudo o resto lhe era exterior.

Há uma ou outra excepção, nos casos em que as turmas das escolas referidas anteriormente vão frequentar o 2º e 3º ciclo. Em colaboração com estas escolas estamos a fazer um trabalho experimental que continua o trabalho feito com estes estudantes no 1º ciclo. Um professor do 1º ciclo vai-os acompanhando numa fase inicial, e os técnicos do serviço social e os psicólogos também o têm feito, mas ainda, repito, em casos muito, muito pontuais. Este relacionamento é fundamental. A educação é básica, tem 9 anos, 4 anos numa escola e os outros 5 noutra.

Nas situações de excepção em que se tem verificado este relacionamento, tem havido resultados muito positivos. Dizia outro dia a professora responsável por esta área e por esta turma que o seu problema neste momento com estes miúdos é ter que lhes dar que fazer, porque eles vêm do 1º ciclo com uma dinâmica tal, que solicitam constantemente outro tipo de actividades, as quais nem a professora nem a escola têm capacidade de resposta.

Infelizmente ainda temos escolas do 2º e 3º ciclo com número excessivo de alunos, onde é muito difícil criar esses espaços de convivencialidade para que eles possam ficar na escola. Um Presidente de um Conselho Directivo queixou-se de que, apesar dos guardas à porta da escola impedindo que os estudantes saíssem nos intervalos entre as aulas ou antes do fim do horário, elas o faziam porque o que se lhes oferecia dentro da escola era unicamente o espaço do recreio, onde eles ficavam sentados. Nesse caso concreto, a associação de pais, a escola e a Câmara criaram uma sala de convívio e alargaram o bar, para que os estudantes possam ter esse espaço para ficar na escola de uma forma mais agradável.

Peço desculpa por esta forma muito atabalhoada como apresentei a intervenção e agradeço imenso a vossa paciência.

Muito obrigada.

---

**Eng.º Jorge Martins**

Muito obrigado, Palmira, a sua intervenção não foi nada atabalhoada, pelo contrário.

Espera-se que o moderador tenha uma atitude moderada, não protagonista, enfim, o mais discreta possível e é isso que eu procuro fazer, mas não resisto, relativamente às duas oradoras que faltam, a fazer um pequeno desafio. É uma oportunidade excelente para as pessoas presentes nesta sala perceberem como é que se potencia uma intervenção no quadro de projectos que vinham de trás, e estou a pensar concretamente no projecto TEIP. Trata-se de uma medida e orientação política educativa recente que se traduz, como todos sabem, por território educativo de intervenção prioritária.

O desafio que faria às duas oradoras seguintes era que, durante, os 20/25 minutos que lhes estão dedicados, nos conseguissem fazer passar muito claramente como se realizou essa transformação, que não é apenas de qualidade nem de quantidade, mas que traduz uma outra transformação mais complexa que eu estou à espera de ouvir aqui explicitar.

---

**Dr.ª Angelina Carvalho**

Pediram-me para contar uma história, o que pressupõe sempre escolher alguns elementos e deixar outros e isso nunca é neutro; portanto, o meu olhar sobre as coisas, discutível e questionável, que apresentarei.

Na minha perspectiva, perceber a escola é também perceber a sua história. A Escola do Cerco começa a funcionar no início dos anos 80, mas nasce de uma grande mobilização popular que se iniciou com toda a agitação que vinha dos anos 70. Trata-se de uma zona onde não havia nenhuma escola. Os alunos recorriam a uma, excessivamente carregada, já próximo do centro da cidade. Uma comissão de pais, uma comissão de moradores e uma comissão constituída pelos professores dessa outra escola fazem toda uma contestação e mobilizam-se de modo a conseguirem que lhes fosse cedido um terreno e fosse construída uma escola, que foi assumida como uma escola conseguida pelas pessoas que viviam ali. Foi sentida como uma conquista.

Parecerá um pormenor sem importância, mas penso que foi muito importante na forma como a escola foi recebida e inserida no meio onde se localiza. Sendo uma escola que não podemos dizer suburbana, (porque se encontra entre os limites periféricos limitados pela cidade) tem, no entanto, características de algo ambivalente entre uma escola suburbana e uma escola de meios de ruralidade. Chama-se Escola do Cerco porque durante as lutas liberais ali estavam alojadas as tropas miguelistas que cercavam a cidade, o que quer dizer que não era uma zona de cidade, mas sim uma zona rural. Tem traços grandes de ruralidade ainda neste momento; há ainda pequenas quintas, pequenos quintais trabalhados e misturados com um conjunto de situações já semi-industriais.

Naquela altura, a reivindicação de uma escola para aquela zona tinha correspondido a uma área situada no centro de um bairro habitacional camarário com cerca de 10 mil habitantes, cercada depois por mais 4 ou 5 bairros circundantes, cujas crianças são os alunos da escola. Tratava-se de um bairro tipicamente operário na velha tradição dos operários da década de 70 - famílias estruturadas, pessoas que saíam de manhã e chegavam à noite, com todas as preocupações dos filhos que ficavam na rua, mas famílias com uma certa cultura de classe operária, solidificada e mais ou menos equilibrada.

A partir de uma certa altura, o tecido social da escola foi-se transformando, porque algumas dessas famílias foram deixando esses bairros e porque famílias de outros bairros foram sendo transferidas para os aglomerados que circundavam a escola. Recentemente os habitantes do dramático e complicadíssimo bairro da Mitra, que foi demolido, e que era um bairro de casas pré-fabricadas, com grande incidência de toxicodependência, de famílias desestruturadas, de prostituição. Isto fez mudar de modo bastante significativo a população discente da escola. Enquanto, por um lado, a população docente tinha alguma estabilidade, o facto de se terem transformado as condições da população discente obrigava a um conjunto de respostas que nem sequer estávamos muito preparados para dar.

Por outro lado, o abandono precoce da escola mesmo sem estar cumprida a escolaridade obrigatória, agora ao nível do 9º ano, notou-se numa dimensão maior. Se por um lado é a escola que resolve os problemas, é a sociedade que cria os problemas... Colocava-se o problema da escola ser vista, do ponto de vista dessas pessoas, como algo sem garantia de expectativas e de saídas profissionais. Havia uma facilidade significativamente grande de entrada no mundo de trabalho subterrâneo, não declarado, do dito pequeno “biscate”, indubitavelmente atracente para os jovens. Diria que estes abandonam a escola não porque esta em si mesma não seja interessante, mas porque toda a conjuntura social lhes propõe que o espaço fora da escola e lhes mostra que a escola não é interessante. Acrescente-se, por outro lado, rendimentos familiares são muito baixos, onde o pequeno ganho que possa ser feito mesmo por uma criança de 11/12 anos que sobe os andaimes carregando um balde de cimento é sempre benvindo. É muito difícil evitar que isso aconteça.

Em contrapartida, no espaço geográfico da escola concentravam-se capacidades que tornavam possível ou desejável a criação de situações de trabalho com instituições em rede. A escola tem ao lado um centro de formação profissional, tem atrás um centro de formação social, tem próximo o centro paroquial e tem, mais acima, a escola secundária que, essa sim, era vista como uma saída para o centro da cidade. As pessoas

que habitam esse bairro ainda hoje dizem que vão apanhar o autocarro para ir ao Porto, quando de facto a escola se encontra dentro da cidade!

O que nos propusemos ao nível da escola? Tentar encontrar um máximo de colaboração possível entre as diferentes instituições que olhassem aquela zona habitacional delimitada geográfica e culturalmente, até porque os consumos culturais ali estão muito definidos, é muito fácil que as crianças vejam 2 e 3 filmes de “vídeo” por dia, sozinhos, mas será muito difícil que alguma delas visite uma exposição ou que se organizem em grupo para ir ao cinema ou ouvir um concerto.

O que se pensou? Criar uma organização em rede, que eu não diria de parcerias no sentido das parcerias institucionalmente concebidas, mas de parcerias no local, pedindo a todas as pessoas que estariam implicadas nas instituições que se sentassem à volta da mesma mesa e dissessem: “o problema aqui neste quadro em que nos situamos é este e cada um de nós pode intervir ao nível de diferentes situações“. E daí surgirem pequenos projectos.

Entretanto, do ponto de vista conjuntural criava-se a situação favorável do aparecimento de um programa nacional Educação Para Todos. Concorremos logo no primeiro ano com esse sentido, inclusive numa dimensão de tentar dar uma vertente de formação e até de investigação-acção sobre as situações que se viviam. Uma vez trabalhada essa situação, foram-se levantando os problemas da escola já com alguns instrumentos - quer porque o Observatório de Qualidade nos podia dar alguns dados, quer porque havia alguma maleabilidade em termos económicos de se tomarem algumas iniciativas. Eu estive no passado da escola, pertenci à direcção até mais ou menos 1990, depois a Inês continuou com outras colegas e tentámos prosseguir esse trabalho numa relação muito paralela, eu então já na Escola Superior de Educação, trabalhando e discutindo o projecto em conjunto. Não houve propriamente um afastamento da minha parte assim tão grande mas, ao mesmo tempo, o não estar lá fisicamente permitia-me um olhar distanciado sobre os assuntos.

Ao trabalhar estas questões do abandono precoce da escola e da situação das famílias, depararam-se-nos exemplos verdadeiramente complicados e dramáticos. Recordo-me de ter tido alunos que viviam num T3 com cerca de 30 pessoas, onde se dormia por turnos em redes brasileiras penduradas nos corredores, em que muitas pessoas tomavam conta de crianças filhas de mães que desapareciam e que, depois, não sabiam sequer recorrer aos sistemas possíveis para ter segurança social e abono de família. A escola cumpriu aí, sim, um papel importante, encaminhando as pessoas nesse sentido. Ficou demonstrado que a realidade da escola é uma realidade da vida. A vida atravessava a escola e estava ali muito presente. Fazer isto com e colaboração de outras instituições potencializou a eficácia dos resultados a obter.

Recordo-me de algo significativo. Na primeira vez que se lançou a área-escola propôs-se o tema "Qualidade de Vida" que para nós, professores, na nossa representação de pessoas da classe média com uma vida mais ou menos equilibrada, imediatamente nos fez pensar que os alunos iriam tratar os problemas do buraco do ozono, da poluição, da falta da qualidade da água, do Rio Douro e suas questões. Pois bem, tivemos que nos confrontar com a imposição das turmas, que queriam tratar problemas como a prostituição infantil, a droga, a toxicodependência, a seropositividade e tudo mais. Eram os problemas da sua vida e do seu espaço, simplesmente. Se não eram directamente. Se não eram directamente seus eram de colegas, amigos e familiares.

Continuou-se a desenvolver o trabalho, sempre numa tentativa de parceria, que conduziu a uma alteração das dinâmicas da escola, sobre as quais a Inês depois falaria mais em pormenor. Uma das relações mais fortes foi, de facto, a travada com o Centro de Saúde, neste caso porque havia uma pessoa extraordinária nesse centro extremamente ligada ao que se estava a fazer e que conseguiu dar uma consistência ainda maior a esta visão da relação da escola com os espaços envolventes. Foi consolidado, de facto, um projecto de parceria.

Desta relação da escola com o meio reteria a questão de que, por um lado, a escola nunca tem uma identidade que se possa dizer que foi

identificada, tem, sim, percursos identitários, porque tem transformações, quer quando se transforma o tecido social, quer quando se transforma o corpo docente. Por outro lado, ficou um desafio, apesar de todos os obstáculos existentes nesta relação - Como é que nós nos colocamos nisto? Colamo-nos ao problema ou à solução?

E agora passo à Inês, que o que fez foi avançar, para se colar à solução e não a problema.

---

**Dr.<sup>a</sup> Inês Moreira da Silva**

Agradeço à Angelina a maneira tão fácil como pinta este cenário e vou tentar corresponder contando provavelmente um pequeno capítulo de uma história, porque não vou ter tempo para contar a história toda.

De facto, a Escola do Cerco é especial, situada numa zona muito degradada socialmente, mas igual a tantas outras que há pelo país.

Quando em 1992 apareceu o programa Educação Para Todos, foi com muito agrado que lhe pegámos porque iria responder a todas as perguntas que nos fazíamos sobre a forma como poderíamos, na escola, reflectir e pensar numa escola para todos.

O desenhar um projecto e ter que o implementar obrigou-nos, de facto, a reflectir bastante no que é uma escola para todos e no que fazer numa escola para que todos sintam que a ela é sua. Eu sei muito bem o que é uma escola para todos, mas muitos dos actores implicados não o sabem, nem sequer sabem que a escola lhes pertence.

Para além daquilo que a Angelina disse em relação às parcerias que desde o início tentámos estabelecer fora da escola, (porque já sabíamos que a escola sozinha, como foi dito de manhã, não poderia dar resposta a todos os problemas que se colocavam), numa tentativa de alargar os horizontes, demo-nos conta de que dentro da própria escola era preciso

também reflectir bastante sobre esse problema e todos tentarmos saber o que é uma escola para todos.

Foi assim que nasceu a ideia de começar pelos próprios alunos. Eles viviam a escola e o seu quotidiano por vezes sem significado, de uma forma passiva, com o seu horário, que cumpriam ou não, abandonavam a escola, não tinham prazer nas tarefas que desenvolviam dentro dela, tudo era uma obrigatoriedade. Achámos que era importante que os alunos soubessem que de facto são parte importante na escola. Para isso organizámos, numa 1ª etapa, um conselho de delegados do 3º ciclo (a escola, como é do ensino básico, não tem associação de estudantes), Achávamos importante criar um espaço onde estes se pudessem sentar à volta de uma mesa e discutir coisas que fossem do interesse do seu quotidiano na escola.

Logo aí foi interessante verificar que as crianças não se conheciam umas às outras. Constatei e muito me admirei que os 15 delegados das 15 turmas do 3º ciclo se sentassem à volta de uma mesa e ficassem a olhar uns para os outros, porque nenhum deles se conhecia, convivendo na escola há já bastantes anos (escola de 2º e 3º ciclos)! Eles próprios não compreendiam muito bem o que se lhes estava a pedir e eu tentei explicar. "Vocês têm um papel importante na escola, devem desenvolver aquilo que gostam, para além do que têm que cumprir. Devem ter um espaço que é vosso e, portanto, aquilo que se vos propõe é que se organizem, pensem e façam propostas de actividades dentro da escola."

Depois desse conselho de delegados nasceu a ideia de o alargar um pouco no sentido de envolver mais alunos, para que estes se pudessem organizar melhor, já que uma das dificuldades que sentiram era não se saberem organizar. Tinham muitas ideias, queriam fazer logo imediatamente milhares de coisas, só que depois não as conseguiam executar. Do Conselho de Delegados nasceram a seguir os Pelouros, vários grupos de alunos organizados com uma preferência comum por baixo do Conselho de Delegados, à semelhança e comparando com o Conselho Pedagógico da Escola e também com a autarquia. Tudo isto é escolhido pelos alunos e não é imposto de fora para dentro. Assim formaram o

Pelouro da Saúde, do Desporto, da Comunicação Social, da Justiça, da Cultura, do Ambiente, entre outros.

Já vamos no 4º ano desta experiência. Sinto que os miúdos foram efectivamente levados a ter um papel activo dentro da escola, a compreender que esta é um espaço que é deles. Obrigou-os a repensar a sua própria maneira de estar dentro da escola; os problemas de agressividade e de indisciplina diminuíram grandemente, especialmente nos alunos do 3ºciclo, isto talvez porque compreendam agora que a escola é deles também. Esta foi uma das experiências, e por isso mesmo digo que se trata de um pequeno capítulo de uma história.

Para além do que a Angelina contou, outro dos capítulos importantes numa escola para todos foi logo pensarmos nas escolas do 1ºciclo e de que maneira poderíamos reforçar todo o trabalho que já vínhamos a desenvolver com elas, na tentativa de resolução precoce dos problemas. É que os problemas que surgem no 2ºciclo em relação à aprendizagem vêm já desde muito cedo e é-nos muito difícil resolvê-los quando os alunos nos chegam com 14 anos.

Para concluir, diria que é com muito agrado que nos vemos incluídas num território educativo de intervenção, porque isso de facto vem de encontro à nossa vontade e vem reforçar a importância de um trabalho conjunto entre a escola de 2ºciclo, de 1ºciclo e outros parceiros. Estou em crer que isso é um grande desafio para nós e é com toda a minha vontade que vou estar empenhada neste novo projecto. Parece-me que apresenta potencialidades de facilitar e solidificar as relações entre as várias escolas e instituições numa tentativa da resolução de problemas graves, que vivemos todos, com vista a construir uma escola para todos!